

ASSOCIATIVISMO, TERCEIRO SETOR E DESENVOLVIMENTO LOCAL SUSTENTÁVEL

José Maria Carvalho Ferreira*

RESUMO

A importância histórica do associativismo como um fenómeno de acção colectiva em qualquer processo de mudança social é um fato inelutável. Com o processo de industrialização e de urbanização das sociedades, a desconfiança e a crise nos sistemas de representatividade formal do Estado, assim como dos mecanismos de regulação do mercado culminaram na emergência de um novo tipo de associativismo assente no terceiro sector, com especial incidência em actividades económicas, sociais, políticas e culturais.

O terceiro sector tem pressupostos de criatividade, liberdade, responsabilidade e de cooperação, cujas modalidades de organização do trabalho, em termos de divisão do trabalho, autoridade hierárquica formal, processos de tomada de decisão e de liderança podem evoluir em dois (2) sentidos distintos. Caso sejam modalidades de organização do trabalho de mera adaptação e reacção à crise de regulação do mercado e do Estado, poucas diferenças substantivas encontramos no funcionamento normativo deste tipo de organizações privadas sem fins lucrativos. Num sentido diferente, se o terceiro sector enveredar por um tipo de organização do trabalho centrado na autogestão e no desenvolvimento local sustentável, então estamos em presença de modalidades de acção colectiva identificados com um tipo de organização do trabalho baseado na liberdade, na criatividade, na cooperação e na responsabilidade dos actores que integram o referido sector. Por fim, é crucial caminhar no sentido do desenvolvimento sustentável. Este, mais do que nunca, deve ser baseado numa relação biocêntrica com todas as espécies e animais que estão localizadas num dado território ou num dado espaço-tempo do planeta Terra.

* Professor/investigador do ISEG-UTL/SOCIUS

Por variadíssimas razões e contingências da crise que o capitalismo e o Estado-Nação atravessam, na generalidade dos casos, a mesma é teorizada e pensada com extrema naturalidade e proficuidade pelos paradigmas e autores que se identificam com modelos de sociedade contrastantes: capitalismo, socialismo, comunismo e fascismo.

Quaisquer dos sistemas sociais referidos, sem excepção, equacionaram a integração e a normalização do associativismo, assim como do que hoje é denominado por terceiro sector e desenvolvimento local sustentável, nos parâmetros da racionalidade instrumental do capitalismo, caso partamos do princípio que o seu início e origem se consumou aquando da estruturação do processo de industrialização e de urbanização das sociedades contemporâneas. A revolução industrial na Inglaterra (Mantoux, 1959) e a revolução francesa de 1789 (Michelet, 1989) são, a esse respeito, emblemáticas.

Estamos, efectivamente, a raciocinar em termos de um tipo de evolução sócio-histórica centrado num surto demográfico gigantesco e conseqüente estruturação de grandes aglomerados urbanos, cujos centros fabris e zonas habitacionais deram azo a novas modalidades de acção colectiva, com especial incidência para o movimento social operário (Thompson, 1987). Por outro lado, o pauperismo e ausência de políticas sociais por parte do Estado em relação às classes laboriosas obrigou estas a procurarem soluções associativas de diferente tipo, com o intuito explícito de atenuarem ou ultrapassarem as suas condições sócio-económicas e culturais de pobreza e analfabetismo.

Num início histórico que se pautou pela ignorância, o improvisado e a violência despótica dos patrões nas fábricas e de um Estado-Nação ainda muito incipiente, aos operários de antanho só lhes restava caminhar no sentido do associativismo. Por outro lado, a transformação de matérias primas em produtos de tipo industrial levaram ao incremento gigantesco da transformação de espécies animais e espécies vegetais numa imensa matéria inorgânica baseada na construção de grandes aglomerados urbanos, fábricas, estradas, pontes, caminhos de ferro, etc...

Em função do que acabo de escrever, em primeiro lugar, indagarei como é que o processo de industrialização e de urbanização gerado pela racionalidade instrumental do capitalismo e pela evolução do Estado-Nação traduziu-se em tipos de acção colectiva muito expressivos, com especial incidência para as características das suas reivindicações e tentativas de sublevações radicais por parte do movimento social operário. Em segundo lugar, tentarei demonstrar que este tipo de associativismo operário nem sempre esteve confinado a reivindicações ou a tentativas revolucionárias societárias, mas é algo que se fomentou através do interconhecimento, da informalidade e da espontaneidade decorrente de uma vida quotidiana circunscrita a uma aprendizagem social na comunidade local ou profissional, nas organizações e instituições privadas que foram, entretanto, criadas para esse efeito, nos locais públicos circunscritos aos bairros populares que integravam as zonas de residência urbana. Por último, tendo presente os efeitos estruturantes perversos da transformação da matéria orgânica em matéria inorgânica induzida pelo processo de industrialização e de urbanização das sociedades contemporâneas, analisarei as actuais tendências de um tipo de desenvolvimento local sustentável, tendo presente a emergência

de novas relações sociais ao nível das comunidades locais. Estas, para gerarem novos empregos e rendimentos no contexto da crise ambiental gerada pelo capitalismo, são constringidas a evoluir no sentido do desenvolvimento local sustentável, entrando num processo de aprendizagem social centrada numa nova relação com as espécies animais e espécies vegetais, ao mesmo tempo que evitam ou invertem o desemprego, miséria, pobreza e exclusão social.

1. Associativismo e processo de industrialização e de urbanização das sociedades contemporâneas

As formas e conteúdos do processo de industrialização e de urbanização iniciada na Inglaterra e posteriormente desenvolvidos no século XIX na Europa, EUA, Canadá, Japão e Austrália, etc..., foram estruturados num contexto societal onde a ciência e a técnica não tinham, ainda, adquirido uma grande integração e sistematização ao nível da organização do trabalho, dos transportes terrestres e marítimos, como inclusive nos processos de transformação de matérias primas em produtos e mercadorias que consubstanciaram o referido processo.

Da natureza das matérias primas essenciais que estavam directamente relacionadas com a criação e expansão de grandes aglomerados urbanos, assim como as actividades económicas circunscritas aos sectores do têxtil, siderurgia, química, mecânica, transportes e energia, podemos circunscrever-nos à madeira, ferro, cobre, lã, linho, algodão, carvão, petróleo e inertes ligados às actividades da construção civil, assim como determinadas espécies animais e vegetais ligadas à indústria agro-alimentar. Associadas a estas actividades emergiram os perfis sócio-profissionais que estiveram na base da produção e reprodução do processo de industrialização e de urbanização das actuais sociedades contemporâneas. Das profissões mais emblemáticas, entre outras, refiro as seguintes: patrão, capataz, engenheiro, arquitecto, tecelão, mecânico, serralleiro, torneiro, frezador, ferreiro, carpinteiro, marceneiro, pedreiro, servente, electricista, canalizador, pintor, motorista, mineiro.

A montante e a jusante desse processo de industrialização e de urbanização das sociedades existiam, ainda, uma panóplia de profissões fundamentais no sector agrícola e no sector de serviços que foram imprescindíveis para a sua sustentabilidade e potenciação. A agricultura através do campesinato e do trabalhador assalariado agrícola que habitavam as zonas rurais estava directamente correlacionada com o sector de serviços industriais, comércio e transportes de características urbanas, revelando-se para o efeito imprescindíveis para o processo de industrialização e de urbanização das sociedades. As actividades legislativas, executivas e jurídicas do Estado-Nação sedeadas nas cidades e nas vilas traduziu-se num conjunto de profissões burocráticas de natureza administrativa e política, ao mesmo tempo que as actividades políticas, sociais, económicas e culturais da iniciativa privada se constituíam como profissões liberais típicas dos aglomerados urbanos do século XIX: médico, advogado, professor, empregado de escritório, bancário, padre, motorista, empregado de comércio, cozinheiro.

Se considerar as diferentes profissões que eram essenciais para a viabilização histórica desse processo de industrialização e de urbanização no contexto da racionalidade instrumental do capitalismo, devo fazê-lo em consonância com os

diferentes estádios de desenvolvimento do factor de produção trabalho e do factor de produção capital. Em relação a este último, só com o advento histórico da organização científica do trabalho implementada pelo taylorismo nas fábricas, podemos observar o início da desestruturação das funções despóticas e discricionárias do patrão e do capataz no funcionamento das empresas ligadas ao sector industrial. A ausência de racionalidade instrumental do factor de produção capital no sentido da maximização do lucro, levou a que, paulatinamente, as figura emblemáticas do patrão e do capataz fossem substituídas no início do século XX pelas figuras do empresário e do gestor. Embora o patrão continuasse a ser uma figura onnipotente relativamente à propriedade e investimento do factor de produção capital, perdia, entretanto, a favor do empresário e do gestor as funções de onisciência e de omnipresença que tinha, drasticamente, desenvolvido nos séculos XVIII e XIX.

Quando discernimos sobre o factor de produção trabalho, estamos, efectivamente, a analisar o actor que transforma os “inputs” em “outputs” que integram as probabilidades de maximização do lucro no âmbito da produção e reprodução do processo de industrialização e de urbanização das sociedades contemporâneas. No contexto sócio-histórico do século XIX, basta ter em atenção que a base das actividades económicas de produção, distribuição, troca e consumo de bens e serviços ligados a esse processo era obra quase exclusiva do factor de produção trabalho. No entanto, isso não obstava a que opressão e a exploração do patronato sobre o operariado atingisse níveis impressionantes. Para a generalidade dos trabalhadores assalariados, os horários de trabalhos chegavam a atingir 16 horas diárias, os salários eram baixíssimos e os direitos sociais e sindicais inexistentes. Como consequência, a miséria, a pobreza, a exclusão social e a prostituição tendiam a generalizar-se no seio das classes trabalhadoras da época.

Desde meados do século XIX até princípios do século XX, a realidade sócio-económica, política e cultural do factor de produção trabalho no contexto da racionalidade instrumental do capitalismo, permite-nos visualizar quatro (4) tipos de acção colectiva que podemos correlacionar com o associativismo do movimento operário nesse período histórico: a) reivindicações salariais e greves; b) associativismo cultural; c) cooperativismo e associações privadas sem fins lucrativos; d) sindicalismo e actividade partidária.

Um primeiro processo demonstrativo do associativismo operário é bastante visível com o advento do ludismo na Inglaterra nos princípios do século XIX (Thompson, 1987). Foi uma luta gigantesca dos artesãos do sector têxtil contra a sua transformação em tecelões assalariados de um patronato em ascensão na Inglaterra, com um Estado policial incipiente. Só com a força das baionetas do exército inglês foi possível demover e assassinar a identidade colectiva e a vontade de milhares de artesãos que faziam do seu trabalho um acto de vida criativa e livre, evitando desse modo cair nas armadilhas da opressão e exploração do trabalho assalariado.

O factor de produção trabalho que persistia nos campos como servos e nas corporações como aprendizes, mestres e oficiais, ao integrarem-se no sistema fabril passaram à condição-função de trabalhadores assalariados, tal como ocorreu com os artesãos que dinamizaram o movimento ludista, mas que viram frustrada a sua luta contra a introdução dos teares mecânicos nas fábricas. Aos transformarem-se em trabalhadores assalariados, perderam grande parte da autonomia e da margem de liberdade que usufruíam no processo de trabalho, em termos de gestos, pausas,

movimentos e tempos correlacionados com a perícia, competências e conhecimento inscritos no saber-fazer da comunidade profissional a que pertenciam.

Verifica-se que a integração da técnica no espaço fabril permite a automatização do processo de trabalho e da organização do trabalho no que toca a execução de tarefas de forma padronizada em termos de gestos, movimentos, pausas e tempos. De facto, por esta via, muita da energia, algum conhecimento e informação que os operários possuíam são transferidos e integrados nos mecanismos automáticos das máquinas-ferramentas. Sendo o factor de produção um meio/instrumento de maximização do lucro, com a introdução generalizada deste tipo de tecnologia, aumenta a produtividade e eficiência lucrativa do factor de produção trabalho e, conseqüentemente, a opressão e a exploração sobre o mesmo.

Perdendo na luta contra a introdução de máquinas-ferramentas movidas pela energia a vapor, os trabalhadores face a horários de trabalho extenuantes e a salários de miséria, recorrem a greves e a sabotagem das máquinas no sentido de melhorarem a sua situação nas fábricas e das suas famílias (Auzias e Houel, 1982). No interior das fábricas das sociedades capitalistas mais desenvolvidas que já tinham iniciado o processo de industrialização e de urbanização foi, entretanto, desenvolvida um aprendizagem social de tipo espontâneo e informal pelo movimento social operário que se materializou, quase sempre, em reivindicações de aumentos de salários, diminuição do horário de trabalho e melhoria das condições de trabalho. Quando estas reivindicações não eram conseguidas, a greve selvagem e a sabotagem da actividade produtiva emergiam com relativa acuidade.

Ao analisar o factor de produção trabalho como movimento social operário no interior das fábricas, desde meados do século XIX até os princípios do século XX, interessa agora descortinar o seu sentido associativo no exterior das fábricas, como comunidade profissional a residir nos bairros operários, que resultaram do processo de industrialização e de urbanização das sociedades contemporâneas (Sainsalieu, 1977). Neste âmbito importa sobremaneira compreender o espaço-tempo da vida quotidiana dos bairros onde residiam as famílias operárias. Na sua grande maioria, as habitações que os patrões mandavam construir e depois as arrendavam aos seus operários, quer esses bairros fossem situados em Londres, Manchester, Paris, Chicago, Madrid ou Lisboa, tinham um espaço exíguo, eram mal construídas, não tinham segurança, água e luz. No fundo, exprimiam a pobreza e a miséria que as famílias operárias atravessavam nesse momento histórico.

Com ausência de escolas públicas, teatros, bibliotecas, actividades recreativas e culturais adequadas para suprir a sua situação económica e social, as comunidades profissionais que residiam nos bairros operários das cidades, fomentaram, ao seu modo, um espaço público inserido num tipo de associativismo cultural que culminou na criação teatros, bibliotecas, escolas de instrução básica, bandas de música e outras actividades recreativas e culturais. Perante a inexistência de habitações condignas que lhes permitisse a realização desse desiderato que culminasse numa aprendizagem social e cultural conducente à emancipação individual e colectiva, é na congregação de esforços e motivações, de solidariedade e cooperação que criaram esse tipo associativismo cultural, que se revelou muito importante em alguns países: Espanha, Argentina, Alemanha, França, Inglaterra, EUA, Itália, Brasil, Suíça, Portugal.

Um terceiro tipo de associativismo operário que emergiu entre meados do século XIX e princípios do século XX, reside no que podemos, hoje, denominar de associações privadas sem fins lucrativos, terceiro sector, economia solidária, cooperativas ou economia social. Não é ainda o momento para especularmos sobre o rigor conceptual deste tipo de associativismo operário. Todavia, nesse momento histórico, face à crise que o capitalismo atravessava e, por outro lado, a ausência histórica de Estado-Nação com capacidade para inverter e superar as contradições e os conflitos gerados pela exploração e a opressão capitalista, a única opção que o movimento social operário encontrou para suprir a sua situação de miséria e pobreza económica, foi a de criar instituições baseadas na cooperação solidária, auto-organização e autogestão.

Sem ainda estar determinado pelos métodos associativistas que, posteriormente, no século XX culminaram na auto-organização e na autogestão, as associações de socorros mútuos, caixas económicas, mutualidades, cooperativas e as associações recreativas e culturais de diferentes tipos identificavam-se sobremaneira com os pressupostos do desenvolvimento das famílias e das comunidades locais. Na grande maioria dos casos, esse tipo de organizações pautava-se pela criação de estruturas de solidariedade e de segurança social, não só para minimizar as condições económicas e sociais paupérrimas de que o operariado era vítima (Gooldolphim, 1974), mas sobretudo para criar as bases de emancipação social assente na informalidade, na espontaneidade e no interconhecimento subjacente à vida quotidiana das famílias e comunidades locais operárias que residiam nos grandes centros urbanos.

Finalmente, importa, ainda, salientar no período histórico em análise, a evolução do movimento social operário na construção de sindicatos e partidos identificados com projectos ou modelos de sociedade contrastantes. Se tivermos presente o grau de racionalização e de complexidade normativa que o Estado-Nação e o capitalismo atingiram na altura, chegamos facilmente à conclusão que o Estado-Nação era muito incipiente e, muitas vezes, omisso no que concerne ao seu papel nos domínios social, da saúde, da educação e da economia e que, por outro lado, o capitalismo era caótico no que toca aos mecanismos de regulação do mercado.

Desse modo, a institucionalização e a formalização do movimento social operário em partidos e sindicatos só ocorre nos países capitalistas mais desenvolvidos que tinham enveredado pelo processo de industrialização e de urbanização das suas sociedades, de forma atempada e adequada. Na medida em que os trabalhadores assalariados atingiram uma expressão populacional muito significativa, enquanto criadores de riqueza social e enquanto probabilidade de exercer o poder político ao nível do Estado, as hipóteses mais radicais culminaram na construção de partidos e sindicatos que aspiravam à extinção do capitalismo e do Estado.

Estas hipóteses radicais já tinham surgido aquando da criação da AIT (Associação Internacional dos Trabalhadores) em 1864. A extinção da AIT em 1872, que tinha uma perspectiva de emancipação universal dos trabalhadores, deu azo à construção de partidos e sindicatos, com incidência em espaços e territórios nacionais e ideologia socialista de tipo marxista. Desse modo, o movimento social operário, cujas estruturas eram mais espontâneas e informais, desenvolve-se no sentido do sindicalismo revolucionário e do anarquismo. As correntes marxistas radicais e reformistas deram origem a partidos e sindicatos com estruturas e instituições mais formalizadas, ao ponto

de em alguns países, como foram os casos da Alemanha, da França e da Rússia, terem eleito alguns deputados para as Assembleias Legislativas dos respectivos países.

Com a eclosão da primeira guerra mundial, de 1914-18, e revolução russa de 1917, o movimento social operário sofreu uma mudança significativa. Desde então, seguiu a perspectiva reformista dos ditames históricos reivindicativos da racionalidade instrumental do capitalismo e do bem-estar gerado pelo Estado-Providência, ou então, por outro lado, através dos seus partidos e sindicatos tentou aplicar o modelo socialista soviético em alguns países. Com a queda do muro de Berlim em 1989, este modelo ideológico soçobrou na Rússia e na Europa do Leste. Não obstante alguns países, como são os casos da China, Vietname, Coreia do Norte, Síria, Cuba, e mais recentemente, a Venezuela, considerarem-se ainda como modelos ideológicos de sociedades comunistas ou socialistas, a sua representatividade mundial é menor do que a do capitalismo.

2. Crise do capitalismo e emergência histórica do terceiro sector

Parto do princípio que o processo de industrialização e de urbanização das sociedades capitalistas desenvolvidas atingiu o seu apogeu no período histórico dos “trinta gloriosos anos do capitalismo” (1945-1975), por dois motivos básicos. O primeiro motivo reside na natureza específica dos materiais, energia e matérias primas que fundamentam o referido processo. O segundo motivo radica no papel central que o factor de produção trabalho tem no contexto da racionalidade instrumental do capitalismo enquanto factor de energia, informação e conhecimento na produção, distribuição, troca e consumo de mercadorias de características materiais.

De fato pela via estruturante do taylorismo e do fordismo, o capitalismo atingiu, historicamente, índices de produtividade e de eficiência inauditas através da ação do factor de produção trabalho, no que concerne à sua capacidade de produção de mercadorias expressa em criação de riqueza social e maximização do lucro. Por outro lado, é o tempo histórico áureo do Estado-Providência em termos de políticas económicas, sociais e culturais. A sua função legislativa, executiva e jurídica expande-se nos moldes da democracia representativa e a sua actividade reguladora atravessa os interstícios das actividades económicas, sociais, políticas e culturais confinadas ao espaço-tempo da regulação do mercado

Neste período histórico, Estado-Nação e capitalismo são, cada vez mais, sistematicamente interdependentes e complementares e tornam-se os arautos da integração das reivindicações do movimento social operário na sua lógica normativa. Muitas das reivindicações históricas que foram feitas pelos partidos e sindicatos que lideravam o movimento social operário foram plenamente satisfeitas. Refiro-me, concretamente, ao acesso a bens de consumo corrente, como são os casos emblemáticos do acesso aos consumo de automóveis, electrodomésticos, subsídio de férias, compra de segunda habitação, reforma, segurança social, pleno emprego, e mobilidade na escala de estratificação social no sentido ascendente nos domínios das actividades culturais, políticas, sociais e educacionais.

Perante esta estabilidade normativa que gerou a integração progressiva do movimento social operário nos desígnios históricos da estabilidade normativa do capitalismo e do Estado-Providência, qualquer veleidade do movimento operário no sentido da instauração de um modelo de sociedade socialista de tipo soviético revela-se contraproducente. O

movimento social de Maio de 68, se bem que estivesse inscrito numa luta contra a sociedade de consumo e a burocracia estatal francesa, no que concerne a greve geral que envolveu cerca de 10 milhões de operários, a participação destes cingiu-se basicamente a reivindicações de aumentos salariais de categorias sócio-profissionais com menor qualificação, com especial incidência para os imigrantes.

Neste período histórico, assistimos também à descaracterização e impotência do movimento social operário em relação às probabilidades de dinamização do cooperativismo e da economia social no contexto dos países capitalistas mais desenvolvidos, tal como já tínhamos referido no contexto do século XIX e princípios do século XX. Não obstante muitas empresas e até multinacionais terem adoptado linguagens jurídicas de tipo cooperativo, os pressupostos da instrumentalização que adoptam do factor de produção trabalho no sentido da maximização do lucro, como as estruturas e funções da organização do trabalho, não são diferentes de qualquer empresa capitalista ou instituição estatal.

Entretanto, a partir dos finais da década de setenta do século XX, começamos a observar o início das contingências das TIC (Tecnologias de Informação e Comunicação) e da globalização. Essas contingências estruturantes afectam sobremaneira o factor de produção trabalho, como essência biológica e social, se o analisarmos como meio/objecto da racionalidade instrumental do capitalismo, cuja finalidade imperativa é maximizar o lucro. São mudanças que afectam sobremaneira todas as estruturas e funções do capitalismo e do Estado-Nação das sociedades contemporâneas.

“Para nos ajudar a discernir sobre este dilema crucial, não podemos prescindir da análise das empresas transnacionais reportadas às actividades de produção, distribuição, troca e consumo de bens e serviços analítico-simbólicos. Sobre a amplitude desta evolução, basta-nos reportar à a dimensão da população activa que integra o sector terciário dos países capitalistas mais desenvolvidos (Boltanski e Chiapello, 1999; Kergoat, et al., 1998). A primeira correlação a deduzir entre a globalização, o mercado e a sociedade é, indelevelmente, circunscrito às causas e efeitos geográficos e temporais resultantes da acção das TIC. A latitude e a importância desta realidade é incontestável. São exemplos emblemáticos das contingências da globalização, quando discernimos na intensidade e extensão desse fenómeno de aculturação e de aprendizagem social à escala local, regional, nacional e mundial, pela via do audio-visual através dos “mass media” e da televisão em particular. Por outro lado, enquanto elementos crescentemente cruciais na aculturação e na aprendizagem social do factor de produção trabalho a um outro nível do espaço-tempo do consumo, saliente-se a força estruturante da “internet”, ciberespaço, “web”, “nanotecnologias”, biotecnologias, inteligência artificial, robótica, biociência, telemática, informática, etc., (Gibson, 2004; Leary, 1990; Castells, 2002; 2003a; 2003b; 2004). Com base nesta evolução estruturante torna-se, hoje, quase impossível sobreviver de forma sustentável, como trabalhador assalariado, no quadro da racionalidade instrumental do capitalismo, caso as suas qualificações e competências não lhe permitirem atempada e adequadamente descodificar e codificar as linguagens das TIC. Na verdade, se pensarmos nas características da informação, conhecimento e energia que é possível socializar como “inputs” e “outups”, quer em termos quantitativos ou qualitativos; se pensarmos, ainda, nos meios e formas que existem para os emitir, transmitir, apercebemo-nos facilmente das repercussões das TIC e da

globalização traduzidas numa capacidade/possibilidade inaudita de produção, distribuição, troca e consumo de bens e serviços de carácter analítico-simbólico. Partindo deste pressuposto, a globalização é a configuração espacio-temporal da coincidência do espaço-tempo virtual com o espaço-tempo real, da força estruturante do espaço-tempo do presente assente na instantaneidade e simultaneidade de cada realidade humana biológica e social concreta inscrita em fluxos e redes de informação, conhecimento e energia de carácter abstracto e complexo. Este dilema do factor de produção trabalho não é circunscrito à esfera da produção, nem tampouco às qualificações e competências dos diferentes perfis profissionais. A instantaneidade do espaço-tempo obriga-o a adquirir competências e qualificações que lhe permitem intervir, simultaneamente, na esfera da distribuição, troca e consumo de bens e serviços analítico-simbólicos. Nestes domínios se não transformar num actor eficiente e eficaz, nunca poderá emergir à condição-função de factor de produção trabalho no quadro da racionalidade instrumental do capitalismo.

Esta padronização espacio-temporal de bens e serviços é produto da acção das transnacionais que operam no mercado mundial e é vital para os ditames do desenvolvimento da economia formal e informal (Sennet, 2001). Estas, por outro lado, tornaram-se mais interdependentes e complementares. A instantaneidade e a simultaneidade cognitiva, emocional e física de cada indivíduo concreto como factor de produção trabalho é crucial para os ligar integrar nos fluxos e redes de informação, energia e conhecimentos resultantes da acção desterritorializada das transnacionais. Quem não possui a informação, conhecimento e energia reportada a esses fluxos e redes é excluído da produção, distribuição, troca e consumo dos bens e serviços analítico-simbólicos. Esta tendência da globalização é estruturada pela crescente integração da ciência e técnica corporizada na inovação e mudanças das TIC. Como factor de adaptação e de reacção a essas inovações e mudanças, cada indivíduo concreto, independentemente do país, da cultura, do território e do perfil profissional que integre, é, antes demais, um actor-consumidor ((Bauman, 2001). No fundo, o tempo presente de cada indivíduo concreto face às contingências da modernidade analítico-simbólica da globalização é atravessado pelo consumo de informação, conhecimento e energia circunscrita à atomização e alienação da sua vida quotidiana, provocada pela abstracção e complexidade de estímulos provenientes da sociedade globalizada. Através da procura efectiva, esta, por outro lado, induz à oferta efectiva de produção de bens e serviços analítico-simbólicos e, logicamente, da distribuição e troca decorrente da acção das transnacionais no mercado mundial.

Este modelo personificado pelas actividades das empresas transnacionais se bem que não seja o mais representativo em países cuja actividade económica incide no sectores agrícola e industrial – cereais, indústria agro-alimentar, automóveis, construção civil, química, metalurgia e têxteis – neste caso, as novas tecnologias reportam-se à informática, micro-electrónica, máquinas-ferramentas de comando numérico, biotecnologia e robótica. Em termos espacio-temporais, a produção, distribuição, troca e consumo destes bens e serviços são estruturados através de uma rede complexa e abstracta, tendo por base um imenso trabalho social automatizado integrado nessas tecnologias. Para descodificar e codificar essas linguagens também são exigidas novas competências do factor produção trabalho e, logicamente, de todos os perfis profissionais que recorrem à informação, energia e conhecimento.

Não obstante o recurso à utilização massiva de matérias primas e energia de características materiais decorrentes do processo de industrialização e de urbanização de países capitalistas menos desenvolvidos, essa realidade não contraria, de modo algum, a evolução da necessidade imperativa de qualificações e competências do factor de produção trabalho de serem integrantes e restritas a causalidades e efeitos da natureza cognitiva e emocional, em detrimento de competências e qualificações baseados em gestos, movimentos e pausas de carácter energético do factor de produção trabalho. Esta tendência perde muita da sua importância, na medida em que parte substancial da matéria prima é redutível à informação, conhecimento e energia de características imateriais dos custos de produção que são transformados no processo de trabalho. Pela sua natureza analítico-simbólica, a intervenção das TIC são cruciais nesse processo. Por um lado, potenciam e viabilizam coincidência do espaço-tempo virtual com o espaço-tempo real das actividades produtivas e das actividades de consumo. Por outro, padronizam, atempada e adequadamente, as modalidades de produção, troca, distribuição e consumo à escala universal, recorrendo para o efeito a uma estrutura de custos imateriais baseados em “inputs” de informação e de conhecimento adstritas às funções e tarefas do factor de produção trabalho (Goldfinger, 1998).

Em segundo lugar, a crescente integração da ciência e da técnica no quadro da racionalidade instrumental do capitalismo tem-se traduzido numa crescente racionalização da organização do trabalho. Como resultado, assistimos ao desenvolvimento da desterritorialização da inovação e das mudanças com base nas novas tecnologias e, por conseguinte, do desenvolvimento da energia, da informação e do conhecimento inscritos na acção individual e colectiva do factor de produção trabalho na sociedade global. Com base nos fluxos e redes de informação, conhecimento e energia veiculadas pelas TIC das transnacionais ao nível local, regional, nacional, continental e mundial, o espaço-tempo decorrentes da acção individual e colectiva do factor de produção nos domínios da divisão do trabalho, dos níveis hierárquicos da autoridade formal, do processo de tomada de decisão e do processo de liderança são cada vez mais interdependentes e complementares, como inclusive constroem a que a transformação espácio-temporal dos “inputs” em “outputs” seja, exclusivamente, realizado com base na coincidência do espaço-tempo virtual com o espaço-tempo real. No sentido extenso e profundo do termo, cada segundo, cada minuto, cada hora ou dia de produção, distribuição, troca e consumo de mercadorias analítico-simbólicas é restrito e esgota-se definitivamente no espaço-tempo da instantaneidade e da simultaneidade em que foram produzidos, distribuídos, trocados e consumidos. Neste contexto, só é possível ser actor de produção, distribuição, de troca e de consumo num espaço-tempo irrepitível da vida quotidiana de qualquer indivíduo, em qualquer processo de trabalho, em qualquer espaço-tempo de consumo numa aldeia, vila, cidade, hipermercado, aeroporto, café, banco, ou qualquer espaço-tempo familiar. Só existe o espaço-tempo presente confinado à multiplicidade dos fluxos e redes de informação, conhecimento e energia que corporizam as acções concretas e abstractas que integra a actual racionalização da organização do trabalho à escala mundial (Ferreira, 2007a; Eme e Laville, 1994). Pode-se acontecer o oposto, mas então o factor de produção está num espaço-tempo de

omissão, de incapacidade manifesta de actuar como actor proficiente no quadro da racionalidade instrumental do capitalismo.

Na actualidade, é fundamental referir que a inovação e mudança operada no âmbito das TIC não tem limites nos parâmetros normativos da racionalidade instrumental do capitalismo. A plasticidade social das causas e efeitos já provocados por essa racionalidade embora se manifestem, com maior ênfase, nas actividades económicas e financeiras que resultam da expansão do mercado mundial, por outro lado, a tendência estruturante actual incide, exponencialmente, nas actividades sociais, políticas, científicas e culturais. Nesta assunção, somos constrangidos a compreender as TIC, e as suas correlações com o conceito tempo, enquanto um fenómeno essencialmente civilizacional (Elias, 1998; Mumford, 1974). Como hipóteses de estímulos e respostas, os actores individuais e colectivos, não sendo semelhantes na generalidade das famílias, organizações, comunidades, regiões, países e continentes que integram o planeta Terra, são, no entanto, sujeitos e objectos do mesmo modelo padrão de codificação e decodificação de linguagens. Esse facto, por si só, leva-os a integrar um processo de aprendizagem social e de aculturação circunscritos a signos e significados identificados com o mesmo tipo de valores, de moral, de política e de relações sociais.

Sendo actores concretos de adaptação e de reacção a uma produção de estímulos complexos e abstractos, as respostas de qualquer actor tem que integrar sempre uma aprendizagem social e aculturação das TIC. Na medida em que os estímulos provenientes das TIC tendem para uma probabilidade infinita, a capacidade/possibilidade de resposta de cada indivíduo ou grupo, em termos cognitivos, emocionais e físicos, tende a diminuir drasticamente no espaço-tempo da sua vida quotidiana. O tempo de resposta deve corresponder imperativamente ao tempo do presente de cada estímulo, ou então o tempo circunscrito à vida de cada indivíduo ou grupo torna-se um mero simulacro existencial. Compreende-se, assim, os índices de analfabetismo, de desemprego, de exclusão social, de miséria e pobreza a nível da população mundial. Nestas circunstâncias, quaisquer actor individual ou colectivo não é parte integrante dos fluxos ou redes de informação, conhecimento e energia que configuram a actual evolução das TIC no quadro da racionalidade instrumental do capitalismo. A grande maioria da população mundial está fora deste processo, daí que engrosse o mundo da exclusão social, da pobreza, do desvio e do crime

Para responder às vicissitudes e contingências das TIC, o tempo, como categoria sociológica de uma série de representações sociais, está subordinado a uma mera réplica mecânica de modelos normativos de acção individual ou colectiva. No entanto, esta concepção tem pouca validade heurística. Qualquer indivíduo ou grupo, em qualquer organização ou instituição, como probabilidades de resposta aos modelos institucionalizados de cultura normativa (Parsons, 1982), sujeita-se, em princípio, a adaptações funcionais e normativas. No caso específico das contingências das TIC, essas funções adaptativas não são realizadas de forma atempada e adequada. Sendo meras réplicas do passado de modelos institucionalizados de cultura normativa, hoje, enquanto sistemas processadores de informação, conhecimento e energia, qualquer indivíduo ou grupo, têm extrema dificuldade em sentir, agir e pensar de forma espontânea e informal, na medida em que os constrangimentos estruturais e

institucionais dos valores, das normas e das regras das sociedades e organizações em que se inserem o impedem ou condicionam. Face a esta realidade, a emergência criativa adstrita às funções cognitivas, emocionais energéticas de cada indivíduo ou grupo revelam-se impossíveis. Sendo sujeitos de causalidades e efeitos normativos e institucionalizados, têm extrema dificuldade em se tornarem actores produtores de sentido em conformidade com a sustentabilidade e reprodutibilidade do modelo sócio-político e cultural desenvolvido pelas TIC.

Como consequência da manifesta incapacidade da produção de sentido por partes dos actores individuais e colectivos, as disfunções e perversões económicas, políticas, sociais, organizacionais, culturais e civilizacionais têm-se desenvolvido de forma abrupta e exponencial. Os exemplos das guerras regionais, da destruição do planeta Terra, do desemprego, da fome e da miséria e do crime são as expressões mais representativas de uma guerra civil inter-individual ao nível mundial.. Neste âmbito, o tempo do presente, da instantaneidade e da simultaneidade, é um tempo histórico do desvio e da transgressão em relação à estabilidade normativa da racionalidade instrumental do capitalismo (Lallement, 1994). As contingências da globalização e das TIC estão mais uma vez presentes na estruturação de acções individuais e colectivas cuja síntese culmina na formação de relações sociais informais e espontâneas, traduzindo-se numa gigantesca economia subterrânea. A complexidade e a abstracção deste tipo de economia é atravessada pela precariedade e efemeridade da vinculação contratual, da inexistência de direitos sociais de carácter formal, de salários de miséria (Supiot, 1999; Pinard, 2000; Dupas, 1999). Parece paradoxal mas não é. A subcontratação generalizada deste tipo de actividades económicas por parte das grandes transnacionais permite que estas reduzam a sua estrutura de custos de produção e que, por outro lado, potenciem enormemente as suas capacidades de produção, distribuição, troca e consumo de bens e serviços com objectivos exclusivos de controlar as funções desviantes e disfuncionais da economia subterrânea. Neste tipo de economia emergem as mesmas vicissitudes da coincidência do espaço-tempo virtual com o espaço-tempo real das actividades económicas que lhe são subjacentes. A instantaneidade e a simultaneidade de cada cognição, emoção e energia do factor de produção trabalho também se esgota no tempo presente do desvio, da informalidade e da espontaneidade que integra a produção, distribuição, troca e consumo do crime, da violência, da droga, da miséria, do desemprego ou da exclusão social.” (Ferreira, 2007a:116-125).

“Com base no que já tive oportunidade de analisar em termos das mutações provocadas pelas novas tecnologias e a organização do trabalho em relação ao emprego e à precariedade da vinculação contratual do trabalho assalariado, é lícito inferir que o Estado e o mercado estão a viver uma crise de legitimidade e de regulação. Se é pacífico afirmar o contrário quando estávamos no apogeu dos trinta anos gloriosos do capitalismo, nomeadamente através do seu modelo de produção e de consumo em massa de tipo fordista (Boyer, 1986), hoje as evidências empíricas da crise do Estado e do mercado são de tal modo relevantes que se torna impossível omiti-las.

A crise do Estado-Providência pode ser visualizada em diferentes dimensões. Em primeiro lugar, no domínio das políticas sociais, na estrita medida em que não tem a capacidade financeira suficiente para investir com a proficiência devida na saúde, na assistência social, nos subsídios de desemprego, na formação e na educação (Rosanvallon, 1995). No domínio da política económica, as modalidades keynesianas, que antes serviram de

paliativos básicos para superar as insuficiências de regulação do mercado e da economia privada, hoje não se revelam adaptadas aos constrangimentos de competição e de concorrência que as grandes empresas transnacionais desenvolvem. Por outro lado, o Estado-Nação clássico vem perdendo capacidade de gerir e administrar o seu território em função da sua identidade económica, social, cultural e política. As funções clássicas que o Estado-Nação tinha nestes domínios foram progressivamente deslocadas para as mãos do sistema financeiro mundial e das grandes empresas transnacionais, perdendo por via disso muitas das suas capacidades e prerrogativas de decisão nos domínios da administração política e territorial. A crise do Estado é também notória na sua relação com a sociedade civil. Em relação a esta, está demasiado distante e demonstra-se incapaz de resolver os problemas que os habitantes do seu território têm no que se reporta aos índices do crime, violência, desemprego, exclusão social, pobreza, ambiente e, por outro lado, as suas relações com a sociedade civil são atravessadas por perversões burocráticas, corporativas e corruptoras.

No momento actual, em presença de uma crise manifesta do Estado, poder-se-ia que o mercado como uma entidade neutral abstracta resolveria facilmente os dilemas e os problemas que afectam sobremaneira a sociedade civil: trabalho, emprego, pobreza, miséria, exclusão social, crime e violência. De facto a procura efectiva que está directa ou indirectamente reportada à resolução desta imensidão de problemas que afectam a sociedade civil não têm correspondência por parte de uma hipotética oferta efectiva desenvolvida no âmbito das virtualidades concernentes ao mercado. Raciocinando através dos postulados dos economistas clássicos e neoclássicos, o mercado seria o espaço e o tempo de um processo de socialização de trocas sistemáticas que reflectiria através da procura e da oferta os interesses, objectivos e estratégias dos produtores e consumidores de bens e serviços. Tendo presente as contradições e os desvios quantitativos e qualitativos da economia formal e da economia informal no mercado mundial, não podemos de forma alguma afirmar que estes axiomas funcionem. Verifica-se, assim, que subsistem também limites e contradições nas próprias capacidades do mercado controlar e regular a oferta e a procura de bens e serviços, nomeadamente de tudo o que é subjacente ao mundo do trabalho e do emprego.

Estando o Estado e o mercado em crise, e mediante a contingência manifesta e latente de milhões de trabalhadores assalariados mergulharem no desemprego, na precariedade dos vínculos contratuais ou evoluírem para a exclusão social, para estes a solução passa pela criação e desenvolvimento de actividades consubstanciadas em bens e serviços, cujas características são hoje genericamente denominadas e integradas no terceiro sector. Os conteúdos e formas do terceiro sector têm que ser analisados em função da sua historicidade e da sua geografia cultural e humana.

Como primeira aproximação conceptual do terceiro sector se é lícito deduzir que ele personifica todas as actividades económicas que escapam aos constrangimentos estruturais e institucionais de regulação e de controlo do Estado e do mercado, é preciso ainda deduzir que as suas actividades alargam-se aos domínios sociais, culturais e políticos e que não lícito integrá-las nas actividades que decorrem da economia informal ou da economia subterrânea (Billiard, Debordeaux e Lurol, 2000). Não basta referir que o terceiro sector preenche estes requisitos em relação a um tipo de actividades específicas, importa também que as suas modalidades organizacionais, os seus objectivos e estratégias tenham visibilidade no contexto das sociedades contemporâneas. Neste âmbito há um denominador comum que geralmente é corporizado no regime jurídico das associações ou cooperativas, cujas actividades são de carácter privado, mas não têm objectivos lucrativos. Portanto, a finalidade é produzir um

dado bem ou serviço, mas não existe uma intenção explícita de enriquecimento ou de distribuição de lucros para quem integra esses tipos de associações ou cooperativas. Finalmente, o terceiro sector depende muito da latitude da crise do Estado e do mercado, da cultura e da história do país em que o terceiro sector emerge e do país que já teve oportunidade de atingir um relativo desenvolvimento económico no quadro da racionalidade instrumental do capitalismo.

Se pensarmos num ponto de partida crucial que deu origem ao terceiro sector, devemos pensar na crise da trajectória histórica do Estado e do mercado a partir de meados do século XIX na Europa ocidental. Todavia, essa crise era indubitavelmente diferente daquela que ocorre actualmente na UE.

Para chegarmos a essa conclusão basta analisar as associações de socorros mútuos, caixas económicas, mutualidades, cooperativas, associações recreativas e culturais, comunidades religiosas e montepios que emergiram a partir de meados do século XIX na Europa Ocidental, nos Estados Unidos da América, Austrália, Canadá, etc. Na grande generalidade dos casos, eram organizações com objectivos e interesses determinados pelo operariado no sentido da criação de estruturas de solidariedade e de segurança social, por forma a minimizar as suas condições económicas e sociais paupérrimas, perante um patronato despótico e discricionário e um Estado omissivo na concretização prática de políticas sociais (Goodolphim, 1974). As comunidades e ordens de carácter religioso inscreviam-se nos valores básicos de cada país específico, mas a religião católica e protestante foi determinante na estruturação nos serviços de culto religioso, como também no campo da educação e dos serviços sociais prestados no âmbito da sociedade civil. a conforme a evolução Em determinadas circunstâncias, na inexistência de sindicatos e partidos identificados com os interesses e objectivos do operariado de então, essas organizações tinham finalidades que se orientavam no sentido da estruturação de alternativas societárias opostas à lógica do mercado capitalista e do Estado (Costa, 1986). Para além disso, há que referir as características organizacionais dessas organizações. A soberania das decisões desse tipo de organizações, geralmente, estava polarizado na Assembleia Geral, permitindo assim que as tipologias de participação e de motivação dos associados tivessem uma tradução prática no funcionamento interno dessas organizações.

Como primeira aproximação conceptual do que hoje é convencional caracterizar como terceiro sector, não podemos prescindir destes ensinamentos que tiveram grande expressividade social no século XIX na Europa. Entretanto, durante o século XX, o sociedade capitalista e o Estado evoluíram no sentido do desenvolvimento e do crescimento económico, integrando grande parte das reivindicações dessas organizações na lógica normativa do mercado e das políticas sociais do Estado-Providência.

Hoje, como já referimos, em função da natureza da crise do Estado e do mercado, o terceiro sector tem-se desenvolvido com alguma expressividade, visualizando-se inclusive no futuro a sua expansão (Laville, 2000). Várias razões estão na origem desta evolução.

Em primeiro lugar, ao manter-se a situação estrutural de desemprego e de precariedade de vinculação contratual, com contratos de trabalho a tempo parcial, temporários, sazonais ou atípicos, como solução de sobrevivência económica e social, os trabalhadores assalariados que se encontram nestas condições serão constrangidos a evoluir para um tipo de emprego e de contrato de trabalho que lhes permitam maior estabilidade económica e identidade organizacional. Neste domínio, as organizações emergentes do terceiro sector, sobretudo através da criação de cooperativas, associações privadas sem fins

lucrativas, fundações ou mutualidades, integrando-se todas num tipo de actividades económicas denominadas de Economia Social, como é o caso nos países como a França, Bélgica, Portugal, Espanha, ou então denominadas de Organizações sem Fins Lucrativos ou de Trabalho Social, como ocorre na Grã-Bretanha, EUA e países escandinavos, etc... Sem excepção, todas elas se inscrevem numa lógica de arranjar ou manter o trabalho e o emprego de uma forma estável. É uma solução que soluciona a crise do Estado-Providência e do mercado nas suas articulações com a economia formal ou informal.

Em segundo lugar, porque o Estado está demasiado longe dos problemas que afectam sobremaneira a vida quotidiana das famílias e comunidades locais e, ainda, porque os problemas de segurança, do crime, da violência, da pobreza e da miséria geram exclusão social e fenómenos sociais desviantes com incidências negativas na coesão social e ordem social vigentes. Desse conjunto de problemas surgem novas necessidades de índole social e cultural. Os serviços de proximidade tanto incidem no apoio a problemas reportados à velhice, como no apoio e animação cultural e social a jovens, ou serviços de formação e de educação, nomeadamente através da criação de jardins de infância e escolas de formação. Grande parte destas actividades são subsidiadas pelo Estado ou por fundações privadas, na medida em que têm extrema dificuldade em manter um equilíbrio financeiro com base nos custos de funcionamento corrente e as receitas geradas com a venda dos serviços à comunidade. Todavia, esta simbiose de interesses e objectivos entre o Estado, a iniciativa privada e o terceiro sector é produto das interdependências e complementaridades geradas entre as três realidades. O desvio assume formas cada vez mais perversas com enormes custos para o Estado e a sociedade civil. Não admira, assim, que perante a manifesta incapacidade do Estado e do mercado em regular e controlarem eficazmente essa realidade, estes se vejam obrigados a financiarem actividades no sentido de minorarem os custos provocados pelos desviantes. Na verdade, se não existisse esta colaboração entre o Estado, a iniciativa privada e o terceiro sector, os custos em hospitais psiquiátricos, prisões, esquadras de polícia, tribunais, serviços de saúde, etc...

Em terceiro lugar, há que referir certas tendências do terceiro sector que decorrem das suas potencialidades enquanto hipótese alternativa aos modelos de sociedade vigentes. Neste âmbito, há que referir as teorias que pretendem ser uma alternativa credível ao modelo económico desenvolvido pelo capitalismo e o Estado, sobretudo as que têm uma incidência analítica no cooperativismo, na economia solidária, na economia popular ou na economia social. Os pressupostos alternativos radicam em duas grandes opções: 1) extinção das lógicas concorrenciais e competitivas que têm como finalidade a maximização do lucro; 2) extinção das estruturas hierárquicas de autoridade formal, por forma a que a execução de tarefas e funções e o processo de tomada de decisão sejam baseados numa participação democrática e autogestionário; 3) fim da oposição entre produtores e consumidores, introduzindo relações de identidade generalizada entre os processos de produção, de troca, de distribuição e consumo de bens e serviços. A identidade entre produtores e consumidores é possível desde que as suas relações sejam incrustada numa rede baseada numa solidariedade sistemática.” (Ferreira, 2003: 47-52).

3. Terceiro sector e desenvolvimento local sustentável

Se bem que o processo de industrialização e de urbanização das sociedades contemporâneas continue imparável, nomeadamente, ao nível das potencias regionais

emergentes, como são os casos emblemáticos da China, Brasil e Índia, as perversões biológicas e sociais criadas por esse processo chegou ao seu limite máximo. As razões desse facto derivam de um modelo de transformação de matéria orgânica em matéria inorgânica que se esgotou no apogeu dos trinta gloriosos anos do capitalismo (1945-1975).

Os efeitos estruturantes desse modelo fizeram-se sentir, prioritariamente, na transformação, destruição, redução e extinção massiva dos recursos naturais, água e oxigénio do planeta Terra. O gigantismo qualitativo e quantitativo da exploração do solo, montanhas, rios, mares e florestas que serviram e servem de matérias primas para a produção, distribuição, troca e consumo de mercadorias circunscritas aos sectores do automóvel, química, siderurgia, petróleo, energia nuclear, ferro, cimento, vidro, têxtil, imobiliário, transportes e indústria agro-alimentar, gerou uma situação insustentável ao nível do ambiente e do ordenamento do território. Este processo de industrialização, que foi enormemente potenciado pela hegemonia do peso estruturante destes sectores nas taxas de crescimento económico e na valorização do capital dos países capitalistas mais desenvolvidos, foi, por outro lado, recentemente, incrementado em países capitalistas menos desenvolvidos, em cujos territórios ainda é possível a existência de matérias primas e a consequente transformação de recursos naturais, água e oxigénio em mercadorias que viabilizam, por enquanto, as estruturas de produção, distribuição, troca e consumo do processo de industrialização e de urbanização das sociedades contemporâneas.

No sentido amplo, a montante, no interior e a jusante do processo de industrialização é praticamente impossível de não ter presente a emergência histórica de um processo de urbanização com a sua própria especificidade populacional em termos da sua dimensão, densidade e heterogeneidade populacional. Os processos migratórios do campo para a cidade, assim como o fenómeno massivo da emigração entre países e continentes, explicam o conteúdo e as formas de urbanização em estreita interdependência e complementaridade com o processo de industrialização materializado em fábricas, oficinas, zonas de habitação, mercados, transportes, estradas, pontes, centros comerciais, lojas de pequeno comércio, turismo, lazer, actividades culturais e recreativas, desporto, assim como actividades políticas, religiosas e sociais.

Este processo de integração e interdependência sistemáticas entre os processos de industrialização e de urbanização desenvolveu-se no sentido de uma maior complexidade e abstracção social, política, cultural e económica, como resultado dos tecidos urbanos terem atingido vários milhões de seres humanos. A estratificação e a desigualdade social generalizaram-se nos interstícios de uma imensa economia informal e subterrânea que vegeta e vive dos resíduos e restos dos caixotes do lixo abandonados pelo consumo ostensivo e desenfreado dos estratos sociais que lideram a gestão da economia formal. Em qualquer das circunstâncias, a identidade da vida quotidiana de qualquer habitante dos grandes aglomerados urbanos baseada no consumo desenfreado de objectos do sector industrial está a esgotar-se e a desintegrar-se de forma definitiva.

Em primeiro lugar, a extensão territorial de qualquer aglomerado urbano implica a extinção de muitas espécies animais e muitas espécies vegetais. Pela via da transformação de imensos territórios em cimento, ferro e vidro, desaparecem também as probabilidades de existência de oxigénio e água num solo orgânico morto e que, por outro lado, ao tornar-se impermeável, deixou de ter oxigénio e água. Digamos que as

fontes genuínas da criação e sustentabilidade de qualquer espécie animal ou espécie vegetal, nestas circunstâncias, não é possível de realizar, na estrita medida em que não existem recursos naturais, água e oxigénio nos territórios confinados aos espaços urbanos.

Em segundo lugar, o espaço-tempo da transformação de “inputs” orgânicos em “outputs” inorgânicos inscritos no modelo padrão de produção, distribuição, troca e consumo de produtos do sector industrial – automóvel, petróleo, química, têxtil, siderurgia, ferro, vidro, cimento, indústria agro-alimentar e transportes – são em si mesmo a personificação da extinção e destruição do oxigénio e da água existente nos aquíferos e lençóis freáticos, assim como da potenciação das emissões de gases com efeito estufa traduzíveis no aumento da camada do ozono e desertificação acelerada do planeta Terra e, logicamente, na extinção de todas as espécies animais e espécies vegetais.

Em terceiro lugar, os factores estruturantes do progresso e a razão deduzidas do modelo padrão da racionalidade instrumental do capitalismo revelam-se, cada vez mais, impotentes para maximizar o lucro através da reprodução do factor vida que é inerente à espécie humana enquanto factor de produção trabalho. Extinguindo-se o oxigénio e a água que resulta da acção das espécies animais e das espécies vegetais, extinguem-se as probabilidades de reprodução do sistema capitalista baseado na espécie humana, enquanto essência antropocêntrica no planeta Terra. Neste sentido, o limite do próprio capitalismo reside na sua incapacidade histórica em capitalizar os recursos naturais, cuja inexistência e destruição progressiva põem em risco a própria existência da espécie humana, incluindo a parte que ainda, hipoteticamente, pretende sobreviver, biologicamente, nos parâmetros normativos do capitalismo.

Em quarto lugar, contrariamente às teses de Schumpeter (1961), que via na vocação destruidora do capitalismo uma função histórica inovadora e criativa, na minha opinião, na actualidade, o capitalismo tem poucas hipóteses de inverter o caminho que vem gerando a passos largos a sua própria negação. Parece paradoxal mas não é: a única hipótese que lhe resta, cinge-se em caminhar no sentido inverso da destruição do mercado biológico, o que implica a reconstituição do oxigénio e da água que são vitais para reconstituir os solos, montanhas, rios, ribeiros, oceanos, florestas, espécies animais e vegetais que integram o planeta Terra. Para esse efeito, é crucial transformar tudo o que é inorgânico em orgânico. Mais uma vez, na minha opinião, como consequência dessas mudanças imperativas, é crucial destruir todos os sistemas urbano-industriais que tenham mais de 45 mil pessoas. Para o efeito, é fundamental limpar e reconstituir montanhas, florestas, rios, mares e oceanos, destruir tudo o que tenha que ver com fábricas, matadouros, auto-estradas, indústria agro-alimentar, que vivem a expensas da produção, distribuição, troca e consumo da escravidão e morte das espécies animais e espécies vegetais.

Em quinto lugar, os sinais objectivos das tendências que indiciam a implosão do sistema capitalista não deixam de ser sintomáticos em relação à insustentabilidade do capitalismo com base nos sectores emblemáticos do sector industrial: automóvel, petróleo, química, siderurgia, agro-alimentar, cimento, ferro, vidro, imobiliário e têxtil. Contrariamente ao que afirmam todos os ideólogos do sistema capitalista e de outras ideologias políticas, a crise que este enfrenta não é uma mera questão da crise do sistema financeiro ou do sistema económico ao nível mundial. O desemprego, assim como a

precariedade da vinculação contratual, a pobreza, a miséria e a exclusão social actual, resultam de inúmeras calamidades naturais, do abandono massivo das fontes de criação e manutenção da vida no planeta Terra, e sobretudo da ignorância de um sistema social e de uma espécie humana que transformou os recursos naturais que a natureza nos legou como fontes de vida em elementos inorgânicos de morte.

A crise do factor de produção trabalho como demonstrei incide basicamente num tipo de acção individual e colectiva pautada por pulsões de morte. Por um lado, enquanto actor de transformação de matérias primas orgânicas em mercadorias inorgânicas extingue as espécies animais e espécies vegetais que são fundamentais para o equilíbrio ecossistémico do planeta Terra. Por outro, ao ser um mero actor de concorrência e de competição, no quadro da racionalidade instrumental do capitalismo, mergulha inevitavelmente no desemprego, na pobreza, na exclusão social, na violência e no crime, razão pela qual participe numa guerra civil inter-individual à escala mundial.

As interdependências e complementaridades entre o terceiro sector e do desenvolvimento local sustentável são pacíficas de observar perante este cenário de crise mundial. No meu, entendimento, caminhar no sentido das pulsões de vida em detrimento das pulsões de morte, implica que o factor de produção trabalho se desconstrua e construa como ser de liberdade, criatividade, cooperação e responsabilidade individual e colectiva.

Para esse efeito, actualmente, o terceiro sector, desde que não seja uma mera função de adaptação à crise do Estado e do capitalismo, possui grandes virtualidades. Em primeiro lugar, porque se baseia na identidade, informalidade, espontaneidade e no interconhecimento que é necessário desenvolver ao nível da organização do trabalho e do processo de trabalho. A divisão do trabalho, assim como a autoridade hierárquica formal, o processo de decisão e o processo de liderança devem ser baseados na auto-organização e na democracia directa. A execução de tarefas e de funções pela sua natureza espontânea e informal, permite que a criatividade, a liberdade, a cooperação e a responsabilidade emerja de baixo para cima e não de cima para baixo, como ocorre na generalidade das empresas, organizações e instituições das sociedades contemporâneas.

Em segundo lugar, se bem que pelas contingências das TIC e da globalização, a maior parte das organizações do terceiro sector actuem em actividades económicas, sociais, políticas e culturais, cuja produção, distribuição, troca e consumo é de natureza analítico-simbólica, parte substancial da sua acção decorre em territórios e espaços que implicam uma enorme interação com as espécies animais e com as espécies vegetais. Muitas organizações privadas sem fins lucrativas, como são os casos das ONG's e organizações ecologistas, têm uma acção preponderante relativamente a luta contra o efeito estufa provocada pelo aumento da camada do ozono, da destruição do meio ambiente provocado pela poluição atmosférica, a destruição das florestas, dos mares e dos rios, enfim tudo o que provoca a extinção do oxigénio e da água no planeta Terra. Como este tipo de organizações do terceiro sector são baseadas em comunidades locais que vivem, partilham e pertencem aos territórios e espaços onde emerge a crise do meio ambiente, a necessidade imperativa de dinamizar energia, informação e conhecimento que veicule um diálogo intenso e extenso com as floresta, os rios, o mar e a Terra revela-se primordial. Organizações do terceiro sector que evoluam no sentido da produção, distribuição, troca e consumo de produtos agro-biológicos são, neste domínio, cruciais.

Em terceiro lugar, as actividades nos domínios social, da saúde, da educação, da economia e da cultura permitem evoluir para o pleno emprego e usufruir de rendimentos,

bem-estar social, económico e político, prescindido da acção reguladora das TIC, da globalização, do capitalismo e do Estado. A identidade com o território e o espaço da vida quotidiana concreta é atingida pela generalidade dos actores que integram o terceiro sector, na medida em que persiste uma interdependência e complementaridade sistemática entre o conteúdo da produção, distribuição, troca e consumo dos bens e serviços, a procura e oferta entre os diferentes membros de uma comunidade local, os indivíduos e as respectivas famílias.

Em quarto lugar, o terceiro sector, tal como referi, é um probabilidade plausível de não evoluir no sentido da economia formal ou no sentido da economia informal. Neste momento histórico, pode ser e é um processo de aculturação e de aprendizagem social que supera a angústia e o desespero do factor de produção trabalho que procura a todo o transe vender-se como mercadoria ao Estado e ao capitalismo, mas manifestamente não o consegue. Perante esta impossibilidade histórica manifesta, considero que o Terceiro Sector pode tornar-se um factor de desconstrução das estruturas e das funções normativas do Estado e do capitalismo e, por outro lado, deve ser um factor de construção de um outro sentido histórico que nos permita evoluir no sentido da emancipação individual e colectiva.

O desenvolvimento local sustentável é pacífico observar se o pensarmos como uma totalidade territorial e espacial de partilha e pertença, constituído por uma diversidade de espécies animais e espécies vegetais que nele habitam, incluindo a espécie humana.

Assim, num sentido amplo e profundo, quem diz ou escreve desenvolvimento local sustentável, deve evoluir no sentido da transformação de tudo o que é inorgânico em inorgânico. Implica, deixar de ter salário ou rendimento, prestígio ou “status”, destruindo ou matando as espécies vegetais e espécies animais enquanto factor de produção trabalho. Implica destruir as cidades, estradas, pontes e caminhos ferros que inviabilizam as comunidades locais de ter uma relação com a terra, rios, mares e florestas conducente à produção, distribuição, troca e consumo de água e oxigénio que são imprescindíveis à produção e reprodução do desenvolvimento local sustentável. Este equilíbrio ecossistémico baseado na biodiversidade de todas as espécies animais e espécies vegetais, implica que seja extinta a dominação e a exploração que o factor de produção trabalho dinamiza no quadro da racionalidade instrumental do capitalismo e do Estado.

O desenvolvimento local sustentável pressupõe uma aprendizagem social e biológica generalizada por parte da espécie humana. Os pressupostos judaico-cristãos que nos educaram e aculturaram há vários milénios como seres de racionalidade por oposição aos outros seres irracionais (espécies animais e espécies vegetais) e, por outro lado, levaram a ciência e a tecnologia a considerar o ser humano como uma entidade antropocêntrica, estão historicamente esgotados. Este aspecto crucial induz-nos a pensar diferentes das preposições científicas e tecnológicas judaico-cristãs. Cada espécie vegetal e espécie animal tem capacidades de auto-organização individual e colectiva, tendo também a probabilidade sistémica de ser populações preditoras de causalidades e efeitos singulares, ou seja de produção, distribuição, troca e consumo de água e oxigénio. No sentido amplo, todas as espécies animais e espécies vegetais devem ser consideradas como sociedades auto-organizadas que contribuem para o equilíbrio ecossistémico das comunidades locais e, logicamente, do desenvolvimento local sustentável. Deste modo, o ser humano, com o todas as outras espécies que foram focadas na minha análise, devem ser consideradas

como entidades biocêntricas, extinguido para o efeito o efeito estruturante perverso que o antropocentrismo nos legou.

Finalmente, o desenvolvimento local sustentável pressupõe capacidades comunicacionais e afectivas entre as diferentes partes que o integram e entre estas e o terceiro sector. A assunção positiva entre as diferentes partes micro-organizacionais personificadas pelo terceiro sector e a totalidade comportamental dos territórios e espaços confinados ao desenvolvimento local sustentável impõe-se sobremaneira. Na minha opinião, o equilíbrio ecossistémico só é possível de atingir, desde exista uma interacção e comunicação efectiva entre a diversidade dos indivíduos e grupos que integram as famílias, organizações e instituições que se identificam com o desenvolvimento local sustentável.

Referências Bibliográficas

- AUZIAS, Claire e HOUEL, Annik (1982), *La grève des ovalistes: Lyon 1919-1939*, Paris, Payot.
- BILLIARD, I.; DEBORDEAUX, D.; LUROL, M. (Eds). *Vivre la Précarité – trajectoires et projets de vie*. Paris: Ed. L’aube, 2000
- BAUMAN, Zygmunt (2001), *Modernidade líquida*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor.
- BOLTANSKI, Luc e CHIAPPELLO, Ève (1999), *Le nouvel esprit du capitalisme*, Paris, Gallimard.
- CASTELLS, Manuel (2002), *A era da informação: economia, sociedade e cultura -A sociedade em rede* (vol.1), Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- CASTELLS, Manuel (2003a), *A era da informação: economia, sociedade e cultura - O poder da identidade* (vol.2), Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- CASTELLS, Manuel (2003b), *A era da informação: economia, sociedade e cultura: O fim do milénio* (vol.3), Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- CASTELLS, Manuel (2004), *A galáxia da internet*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- COSTA; Fernando Ferreira (1986), *As cooperativas e a economia social*, Lisboa, Livros Horizonte.
- DUPAS, Giberto (1999), *Economia global e exclusão social – pobreza, emprego, Estado e futuro do capitalismo*, São Paulo, Editora Paz e Terra S. A.
- ELIAS, Norbert (1998), *Sobre o tempo*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor.
- EME, Bernard e LAVILLE, Jean-Louis (eds.) (1994), *Cohésion sociale et emploi*, Paris, Desclée de Drouwer.
- FERREIRA, J. M. Carvalho (2003) “Trabalho, precariedade do emprego e a emergência histórica do Terceiro Sector”, in *A Ideia*, nº 58, pp. 38-53.
- FERREIRA; J. M: Carvalho(2007a), “Atualidade da Construção do Objeto Científico da Sociologia Económica”, in *RAE eletrónica*, Fórum- Sociologia Económica, v.6, n.º 1, Art. 8, Jan./Jul., pp. 22.
- FERREIRA, J. M. Carvalho (2007b), “Novas tecnologias, tempo e organização do trabalho”, in Araújo, Emília e Duarte, Ana Maria (org.), *Quando o tempo desaparece: tempo e simultaneidade*, Porto, Edições Ecopy /BOOKS.GOOGLE, pp. 111-146.
- GIBSON, William (2004), *Neuromante*, Lisboa, Gradiva.

GOLDFINGER, Charles (1998), *Travail et hors-travail - vers une société fluide*, Paris, Editions Odile Jacob.

GOODOLPHIM, C. *A associação – história e desenvolvimento das associações portuguesas*,. Lisboa: Livros Horizonte, 1974.

KERGOAT, Jacques, et al. (1998), *Le monde du travail*, Paris, Editions La Découverte.

LALLEMENT, Michel (ed.), (1994), *Travail et emploi – les temps des métamorphoses*, Paris, L'Harmattan.

LAVILLE, J.-L. *L'économie solidaire*. Paris: Desclée de Brower, 2000.

LEARY, Timothy (1990), *Info-Psychology*, Las Vegas, Falcom Press.

MICHELET, Jules(1989) *História da Revolução Francesa – Da Queda da Bastilha à Festa da Federação*, São Paulo, Companhia das Letras.

MANTOUX, Paul (1959), *la révolution industrielle au XVIII.e siècle*, Paris Editions Génin.

MUMFORD, Lewis (1974), *Le mythe de la machine*, (2 vol.), Paris, Fayard.

PARSONS, Talcott (19982), *El Sisyema Social*, Madrid, Alianza Universidad.

PINARD, Rolande (2000), *La révolution du travail – de l'artisan au manager*; Rennes, Presses Universitaires de Rennes.

ROSANVALLON, P. *La nouvelle question sociale: repenser l'Etat-Providence*. Paris: Seuil, 1995.

SAINSAULIEU, Renaud (1977), *L'identité au travail*, Paris, Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques.

SENNETT, Richard (2001), *A corrosão do carácter – consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo*, Lisboa, Terramar.

SCHUMPETER, Joseph (1961), *Capitalismo, Socialismo e Democracia*, Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura..

SUPIOT, Alain (org.) (1999), *Au-delà de l'emploi*, Paris, Flammarion.

THOMPSON, E. P (1987), *A formação da classe operária inglesa* (3 vol.), Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra.